

6. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMAS:

Da Vereadora Sameiro Araújo, com as Áreas de Responsabilidade do Desporto, Juventude, Associativismo, e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das minutas dos contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da parte F – título II do Código Regulamentar do Município de Braga, com as seguintes entidades:

- **Associação de Andebol de Braga, no valor de 1.601,50;**
- **Associação Dança Desportiva Baixo Minho, no valor de 2.575,00 €.**

Nº Informação: 59687

Data: 10/12/2021

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva

A ... de ...
21 12 21
[Signature]

A **Associação de Andebol de Braga**, pessoa coletiva n.º 501 912 746, com sede na Rua Simões de Almeida, 95 1º Sala 11A, São José de São Lázaro 4716-105 com o RECAM 52/2014, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2021/2022, no valor de **1.601,50€ (mil seiscientos e um e cinquenta cêntimos)**.

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato), enquadrando-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O pedido de apoio financeiro visa a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades. Assim, o apoio financeiro tem como finalidade o pagamento das inscrições e do seguro de 38 atletas dos escalões de formação (9 atletas de sub 20, 14 atletas de sub 18 e 15 atletas de sub 16), de um treinador e de um dirigente, do Arsenal Clube da Devesa, na Associação de Andebol de Braga.

Analisando o impacto desportivo que a pandemia da Covid-19 teve na formação dos atletas de andebol, assim como o facto de desde março de 2020 os atletas se encontrarem sem competir e com treino condicionado ou suspenso, constatou-se a necessidade de reajustar temporariamente os escalões etários.

Assim, a Direção da Federação de Andebol de Portugal decidiu que na época de 2021/2022 não se procederia à habitual alteração de ano de nascimento nos escalões etários, criando uma categoria no topo da pirâmide formativa (sénior sub-20). Informa-se que esta alteração tem um carácter temporário e será alvo de reavaliação em 2022 para projetar as épocas seguintes.

Deste modo, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município a celebração de um contrato-programa, com a Associação de Andebol de Braga, pessoa coletiva n.º 501912746, com sede na Rua Simões de Almeida, 95 1º Sala 11A, São José de São Lázaro 4716-105 com o RECAM 52/2014, para a época desportiva 2021/2022, no valor de 1.601,50€ (mil seiscientos e um e cinquenta cêntimos).

À consideração superior,

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: _____ em representação de **ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DE BRAGA**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 501 912 746, com sede em Rua Simões de Almeida, 95 1º andar Sala 11-A, 4715-105 Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo tem por objeto o apoio às áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades. Assim, o apoio financeiro tem como finalidade o pagamento das inscrições e do seguro de 38 atletas dos escalões de formação (9 atletas de sub 20, 14 atletas de sub 18 e 15 atletas de sub 16), de um treinador e de um dirigente, do Arsenal Clube da Devesa, na Associação de Andebol de Braga.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
 - c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
 - d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;

- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **1.601,50€ (mil seiscentos e um e cinquenta cêntimos)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

Cláusula 4.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de julho de 2022.

Cláusula 7.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

A ...

211221

[Signature]

Nº Informação: 59753

Data: 13/12/2021

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva

A Associação Dança Desportiva Baixo Minho, pessoa coletiva n.º 513 825 304, com sede na Rua de Queimados nº120, Antas, Vila Nova de Famalicão, com o RECAM 203/2016, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva de 2022, no valor de 2.575,00€ (dois mil e quinhentos e setenta e cinco euros).

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato), enquadrando-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O presente apoio financeiro tem como objeto o pagamento das inscrições dos atletas e de um treinador da Bracara Team Associação, que conta com 75 atletas dos diferentes escalões, entre juvenil, júnior e juventude, dando a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades.

Considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a celebração de um contrato-programa com a Associação Dança Desportiva Baixo Minho, pessoa coletiva n.º 513 825 304, com sede na Rua de Queimados nº120, Antas, Vila Nova de Famalicão, com o RECAM 203/2016, para a época desportiva de 2022, no valor de 2.575,00€ (dois mil e quinhentos e setenta e cinco euros).

À consideração superior,

MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: em representação da **Associação Dança Desportiva Baixo Minho**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 509 487 092, com sede na Rua de Queimados, 120 – Antas, 4760 056, da freguesia de Antas, da cidade de Vila Nova de Famalicão, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e com o REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO DESPORTO, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas da Bracara Team Associação, na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará sempre que solicite o pagamento de qualquer valor, os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, procedendo o **MUNICÍPIO** ao pagamento até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato;
 - c) Em cada entrega de valores por parte do **MUNICÍPIO**, a **ENTIDADE** obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação;

- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- e) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- f) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- g) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- h) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- i) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- j) Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
- k) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- l) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- m) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.^a

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de 2.575,00€ (dois mil e quinhentos e setenta e cinco euros).
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%. Os documentos serão apresentados para comprovar a realização da atividade.

Cláusula 4.^a

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.^a

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a
(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.^a é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 7.^a
(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 30 de junho 2022 (Época Desportiva 2022).

Cláusula 8.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 9.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, a _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)